

## A DINÂMICA DA EXPANSÃO INDUSTRIAL RECENTE NO NORDESTE\*

*Assuéro Ferreira\*\**

**Resumo:** Neste artigo, o autor analisa os fatores determinantes da expansão industrial recente no Nordeste, dando ênfase à questão da inserção tecnológica *vis-à-vis* às possibilidades de expansão do emprego. Numa primeira parte, situa teoricamente o problema para, em seguida, através de alguns indicadores relevantes da organização industrial na Região, caracterizar as possibilidades e limites do processo de acumulação industrial. A conclusão fundamental do artigo aponta no sentido de considerar insuficientes as análises que tentam circunscrever o problema simplesmente à intensividade observada da relação capital-trabalho. De outro modo, devem ser considerados como mais importantes: a) os limites impostos à expansão pelos centros hegemônicos da reprodução; b) as assincronias estruturais remanescentes, que atuam como geradores intensos de excedentes de força de trabalho; c) a baixa taxa salarial que induz a uma retenção de setores tradicionais importantes na Região.

### 1. INTRODUÇÃO

Uma discussão relevante e, em certo sentido, polêmica, sobre a recente expansão industrial no Nordeste, implementada a partir da política de incentivos fiscais, diz respeito a sua especificidade dinâmica no tocante à absorção de força de trabalho.

Vale sublinhar que as mudanças no perfil industrial na Região caminharam no sentido de privilegiar, mais acentuadamente, a emergência de certos segmentos, ou setores, ditos modernos, caracterizados por serem produtores de bens intermediários duráveis, de consumo e de capital. Assim é que até o

---

\* Este artigo é uma versão modificada de um capítulo de outro trabalho do autor, denominado "Custos do Trabalho e Absorção de Mão-de-obra na Indústria de Transformação do Nordeste", realizado no CAEN, com apoio financeiro do BNB. Esta Instituição, contudo, não corrobora, necessariamente, as opiniões e conceitos aqui emitidos que são de inteira responsabilidade do autor.

\*\* Professor do Curso de Mestrado em Economia (CAEN) – UFC.

ano de 1978, para o número de projetos industriais aprovados, verifica-se que 72,5% dos investimentos se destinaram a esses setores; para o segmento produtor de bens intermediários essa proporção foi de 57,2%.<sup>1</sup>

Sem dúvida, numa primeira fase, que se estendeu até os fins dos anos sessenta, o mecanismo de incentivos desenvolveu-se com maior ênfase na expansão e substituição tecnológica de setores mais tradicionais na composição da indústria regional.<sup>2</sup> No período considerado, 22,6% dos projetos aprovados destinaram-se à modernização, correspondendo a 18,9% do investimento total para a indústria de transformação. Nesse sentido, destacaram-se os setores Têxtil, de Produtos Alimentares e de Minerais Não-metálicos com 76,0% dos projetos de modernização e o setor de Química, com 9,3%. Considerando-se o investimento total, os três setores participaram no investimento aprovado com aproximadamente 35,9%, enquanto o setor de Química participou com 22,5%.<sup>3</sup>

A partir daí o quadro sofre uma modificação sensível em que transparece uma mudança de orientação dos investimentos, prevalecendo, em maior amplitude, a implantação dos setores produtores de bens intermediários, destacando-se o complexo petroquímico de Camaçari, no Estado da Bahia.

Essa mudança de direção teria de se fazer sentir, principalmente, no que se relaciona, por um lado, ao custo do emprego, e, por outro, à difusão espacial dos investimentos. Em 1962 o investimento por emprego foi da ordem de 204 mil cruzeiros, em 1970 subiu para 468 mil cruzeiros e em 1978 atingiu 761 mil cruzeiros, ou seja, expressou um crescimento entre os dois extremos de quase quatro vezes.<sup>4</sup>

Outrossim, a distribuição do investimento tem-se realizado de forma bastante concentrada espacialmente, destacando-se os Estados da Bahia e de Pernambuco na captação dos recursos, 43,8 e 21,7%, respectivamente.<sup>5</sup> É fato que esta participação do Estado da Bahia se deve, sobremaneira, à implantação do pólo petroquímico de Camaçari.

<sup>1</sup> SUDENE. SUDENE Vinte Anos: 1959-79. Recife, 1980, p. 103, Tabela 26.

<sup>2</sup> Ibid., p. 102.

<sup>3</sup> GOODMAN, D. E. & ALBUQUERQUE, R. C. de. **Incentivos à industrialização e desenvolvimento do Nordeste**. IPEA, p.221 (Coleção Relatórios de Pesquisa, n. 20), Tabela IX.1, Dados referentes a janeiro de 1962 e abril de 1970.

<sup>4</sup> SUDENE, op. cit., p. 102 (preços de 1978).

<sup>5</sup> Ibid., p. 105, Tabela 28. Dados correspondentes ao período 1960-78.

Não parece haver muita dúvida de que nessa segunda fase prevalecera um processo de industrialização cujo requisito essencial era o de integração reprodutiva em escala nacional e, portanto, seriam bastante inibidos os efeitos multiplicadores internos à Região.

Se o elemento essencial a ser destacado no processo de desenvolvimento regional é da geração de emprego, direto ou indireto, tem-se como resultante dessa transfiguração do investimento uma limitação crucial.

A título de ilustração, vale ressaltar que Ferreira, Duarte e Soares, em pesquisa recente,<sup>6</sup> demonstraram que a capacidade interna de geração de emprego da indústria no Nordeste é muito baixa, com multiplicadores que não chegam, sequer, a atingir 1,5 em todos os setores. Em outros termos, o emprego gerado restringe-se, praticamente, ao emprego direto.

Não se pode deixar de sublinhar que toda essa problemática se impõe de forma complexa, requerendo para a sua compreensão que se busque resgatar os elementos estruturais que dão a tônica do processo de expansão em sua maior abrangência dinâmica.

O que se pretende neste trabalho é analisar, mais especificamente, algumas questões relacionadas à estrutura industrial do Nordeste, notadamente no que se refere à questão da introdução tecnológica *vis-à-vis* ao emprego, na perspectiva da organização industrial recente.

Sem dúvida, a forma de percepção analítica dessa questão implica concepções de política econômica bem definidas no momento de uma intervenção econômico-social.

Neste sentido, admite-se a existência de duas posturas metodológicas na explicação do fenômeno.

Em primeiro lugar, essa discussão se estabelece, via de regra, admitindo-se a influência direta que exerce a oneração do emprego para a empresa diante da disponibilidade tecnológica que permite maior atratividade no que se refere à inversão, por tecnologias intensivas de capital.

Em segundo lugar, considera-se que a escolha tecnológica não é deter-

<sup>6</sup> FERREIRA, J. C., DUARTE, R. R. S. & SOARES, F. de A. *Incentivos fiscais e a criação de empregos no Nordeste*. SUDENE-CAEN-1977. P. 79-91 (Série População e Emprego, n. 7).

minada, ao menos relevantemente, pelo custo do emprego de força de trabalho, mas está condicionada às próprias regras de competitividade do sistema que impõem o uso de maquinarias mais modernas e, conseqüentemente, o planejamento da atividade produtiva que possibilite aumentar a produtividade, implicando obtenção de maiores margens de lucros e, assim, a manutenção ou acréscimo de taxas de lucros mínimos requeridas para a realização da atividade econômica. De outro modo, são os requerimentos da acumulação, em cada momento, que definem a relação capital-trabalho.

Não há dúvida de que os dois tipos de abordagens, acima citados, envolvem ou requerem pressupostos que muito têm a ver com o modo de conceber o sistema capitalista de produção.

No primeiro caso, para a Região, situa-se o trabalho de Goodman, Sena e Albuquerque,<sup>7</sup> os quais concluem que no Nordeste “as decisões empresariais quanto ao uso dos fatores de produção reagem a mudanças nos seus preços relativos”. Assim, uma redefinição da relação capital-trabalho no processo de desenvolvimento industrial, admitido capital intensivo, seria viável através de “uma elevação do preço do capital concomitantemente com uma redução dos custos privados da mão-de-obra”.<sup>8</sup>

Outrossim, a “redução nos custos do trabalho para a empresa poderia efetivar-se, por exemplo, por uma modificação no financiamento dos encargos sociais enfrentados pelas unidades produtivas a instalar-se, sabidamente muito onerosos, o que equivaleria a um subsídio à absorção de mão-de-obra”.<sup>9</sup>

Os autores supracitados fazem outras sugestões de políticas. Contudo, essencialmente, essas se dirigem no sentido de modificar a estrutura de preços relativos, por eles considerada desfavorável ao trabalho na medida do subsídio dado ao capital. Não é propósito deste trabalho entrar em discussões mais pormenorizadas sobre este ponto. O importante a frisar é o fundamento do raciocínio ali desenvolvido.

O fato a ser discutido não é a intensidade de capital em si, embora isto seja verdadeiro. Basta que se verifique, como primeira indicação estimativa,

<sup>7</sup> GOODMAN, D., SENA, J. F. F. & ALBUQUERQUE, R. C. de. Os incentivos financeiros à industrialização e a escolha de tecnologias. *Pesquisa e Planejamento*, 1 (2), 1971. p. 361.

<sup>8</sup> *Ibid.* p. 362 (grifo nosso).

<sup>9</sup> Cf. SUDENE. Produto e Formação Bruta de Capital. Nordeste do Brasil, 1965-1977. p. 73, Tabela 6.1.

que a formação bruta de capital na indústria de transformação<sup>10</sup> cresceu, entre 1970 e 1975, a uma taxa média anual de 19,9%, contra um crescimento anual do emprego, neste segmento, da ordem de 7,7%, dando uma idéia do crescimento da relação capital-trabalho.

Na realidade, o problema suscitado está na busca de uma explicação, na perspectiva do processo de acumulação a nível nacional, das causas dessa introdução tecnológica, considerando-se que a expansão industrial recente na região Nordeste se deu de forma subordinada ao centro de reprodução hegemônica do País.

É neste sentido que o presente artigo será desenvolvido. Ou seja, tenta-se apreender, de um ponto de vista mais teórico, numa primeira parte, a questão da introdução tecnológica em área subdesenvolvida, a qual, no seu processo de expansão, se veria condicionada pela reprodução do capital já em curso no País. Em seguida, ver-se-á que, na estrutura de custos da indústria de transformação, a participação dos salários tem representado tendência declinante "pari passu" a uma queda na parcela salarial. Esta última indica uma séria limitação à demanda interna de bens de salários, o que tem, obviamente, efeitos negativos sobre o emprego.

## 2. TECNOLOGIA E EMPREGO – O CASO DE UMA EXPANSÃO SUBORDINADA

O problema da escolha tecnológica, na concepção neoclássica,\* leva em consideração basicamente a idéia de que o emprego dos fatores está condicionado pela estrutura de preços relativos.

Em primeiro lugar, supõe-se a possibilidade de combinações infinitas dos fatores, admitindo-se uma função de produção "bem comportada", no sentido de que as isoquantas guardam certas propriedades que permitem a substituição contínua, e a técnica ótima é imediatamente determinada para

<sup>10</sup> ECKAUS, R. S. The Factor – Proportions problem in underdeveloped areas. *American Economic Review*. 45, (4): 539-65, 1955.

\* Deve-se atentar para o fato de que a formulação neoclássica comporta um bom número de variantes. Porém, o objetivo desta colocação é chamar a atenção para as suas linhas principais, pois, além de conhecidos problemas conceituais envolvidos, como os conceitos e medidas de capital, subsiste a própria questão de insuficiência analítica quando se aplicam as economias subdesenvolvidas. Uma boa resenha sobre os modelos neoclássicos é a de MELLER, P. Enfoques sobre demanda de trabalho: relevância para a América Latina. *Revista Brasileira de Economia*. 34 (1): 75-112, 1980.

um dado conjunto de preços dos fatores. São, portanto, as variações relativas desses preços que determinarão novas escolhas, e estas sempre ocorrerão na ótica de maior eficiência produtiva, que, na realidade, é determinada por uma maximização de lucros.

Este tipo de análise, embora ainda muito utilizado, como no trabalho de Goodman, Sena e Albuquerque, antes citado, de alguma forma começa a perder significado nas análises mais atuais. As “novas” formulações de tipo neoclássico supõem que há uma limitação de técnicas, ou seja, uma certa “rigidez tecnológica”. O problema, então, circunscreve-se à escolha de uma técnica ou combinações de técnicas ótimas, sob a suposição de uma certa rigidez tecnológica.

A conclusão fundamental desse tipo de análise é a de que nos países ou áreas subdesenvolvidas, por apresentarem uma escassez relativa de capital e uma abundância de mão-de-obra cria-se endogenamente uma impulsão ao uso de tecnologia intensiva em mão-de-obra. Contudo, como ressalta Eckaus,<sup>10</sup> frente a certas limitações nas escolhas dessas tecnologias, verifica-se que as expansões industriais têm sido realizadas com a utilização de técnicas intensivas em capital, restando assim um desemprego de difícil atenuação ou eliminação.

Assim, o problema da intensividade de capital das tecnologias empregadas, de certa forma é detectado nas formulações neoclássicas como causa do desemprego subsistente, mesmo frente a expansões industriais significativas.

A análise assim ainda é insuficiente, porque analisa a questão em sua manifestação ou em seu efeito, e não aprofunda a discussão no sentido de apreender os inter-relacionamentos estruturais subjacentes, mantidos ou expandidos, no processo de acumulação. Este processo ocorre de maneira dependente dos centros hegemônicos da reprodução seja na forma de inserção na acumulação mundial, seja pelo modo como se conforma a divisão inter-regional e intersetorial do trabalho no âmbito de cada país.

Em outras palavras, não há consideração do caráter social da produção e dos modos específicos de acumulação que assumem um caráter histórico.

É neste sentido que não pode haver uma generalização teórica no que se refere à adoção tecnológica, e, desse modo, a substituição dos fatores é determinada por uma gama de condicionamentos de natureza estrutural que se definem em cada etapa histórica.

O que se pretende colocar nesta questão é que não se pode divorciar o efeito da acumulação do seu sentido estrutural, ou seja, independente da divisão social do trabalho, em seu caráter espacial (internacional e intranacional) e setorial, “vis-à-vis” ao processo de trabalho e à natureza tecnológica engendrada, requerida neste mesmo processo. Esta visão não refuta a necessidade analítica de se considerarem as especificidades regionais. Ao contrário, ao considerá-las na perspectiva da reprodução do capital global, dar-se-á conta mais precisamente dos seus limites e possibilidades expansivas.

Ademais, deve-se ter em mente que a substituição entre os fatores não é disseminada, na mesma intensidade, em todas as empresas, seja quando se vê por tamanho ou setor de atividade. Ainda mais, o movimento de concentração (decorrente do processo de acumulação) e/ou de centralização (oriundo do aumento das massas de capital em certos segmentos em detrimento de outros capitais já existentes) têm influência determinante no que se refere à adoção tecnológica. Desse modo, o uso de tecnologias que aumentam substancialmente a produtividade do trabalho tem o efeito de criar “barreiras à entrada” de novas firmas e/ou, na sua expansão, destrói outras pela maior capacidade de sobreviver à competição enquanto permite a consecução das margens de lucro necessárias à manutenção das taxas de lucros “ótimas” ou planejadas. Em outras palavras, isto implica a tentativa de manutenção ou aumento do grau de monopólio das massas de capital efetivas no processo de acumulação.

Considere-se, tal como faz Salama,<sup>11</sup> que no processo de acumulação o investimento assume as duas formas: a) investimento de substituição, como aquele que destrói o setor pré-capitalista e/ou capitalista atrasado tecnologicamente; b) investimento de expansão, que abre a perspectiva de alargamento das bases capitalistas, com a criação de novos setores e/ou a disseminação de outros. Verifica-se, então, que os seus efeitos diferem quando se trata de sua efetivação em economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, no tocante à geração do emprego.

Nas economias desenvolvidas o investimento de substituição opera no intuito de recuperar a obsolescência e se dá no sentido da “destruição criadora” schumpeteriana. Embora possa provocar reconcentrações de renda e redução do nível de emprego inicialmente, possibilita, pelo efeito de difusão dos ganhos de produtividade, recompensações intersetoriais posteriores,

<sup>11</sup> SALAMA, P. O Processo de Subdesenvolvimento. Tradução de Le Procès de “Sous-développement”. s.l., Vozes, 1976. 2. pt., cap. 2.

mesmo porque as tecnologias implementadas são desenvolvidas nesses mesmos centros.

Tratando-se de economias subdesenvolvidas, isso não ocorre com maior significado, e o balanço final é a reconcentração da renda em favor dos setores modernizados e uma queda do nível de emprego. Verifique-se, por exemplo, o caso do setor têxtil no Nordeste, cujo nível de emprego em 1975 representou apenas 76% do nível verificado em 1959, como decorrência do processo de modernização setorial.<sup>12</sup>

O investimento de expansão, nas economias centrais, segue o curso natural da demanda efetiva e, portanto, possibilita a manutenção do nível de emprego resguardadas, obviamente, as mudanças cíclicas. Por outro lado, nas economias subdesenvolvidas o investimento de expansão praticamente se conformou no bojo do processo de substituição de importações, sendo que, para algumas economias, intensificou-se a partir do momento em que a transnacionalização do capital se constituiu regra da acumulação capitalista mundial.

O fato é que, tanto nas economias desenvolvidas quanto nas periféricas, o investimento de expansão determina criação de empregos. O problema é que nestas últimas os efeitos negativos sobre o emprego, derivados do investimento de substituição, tendem a amortecer o crescimento do emprego determinado pelo investimento de expansão. Sem dúvida, o balanço geral tende a ser de tal modo que a taxa de crescimento do emprego é insuficiente, frente à disponibilidade de força de trabalho. Ademais, note-se que o próprio investimento de expansão é, via de regra, de capital intensivo pelo menos nos segmentos relevantes.

Nas economias periféricas, o investimento assume um caráter paradoxal: por um lado, cria desemprego tecnológico, frente à existência de um vasto desemprego estrutural, quando se realiza na forma de substituição; por outro, expande o emprego, mesmo limitado pela intensividade de capital, que pode até superar as perdas ocorridas no processo de modernização substitutiva. Contudo, seria necessário que o investimento expansivo ocorresse em proporções relativamente inusitadas para que absorvesse, em escala significativa, o excedente relativo da força de trabalho.

---

<sup>12</sup> Vide FERREIRA, A. Custos do trabalho e absorção de mão-de-obra na indústria de transformação do Nordeste. CAEN, 1982. p. 21-22 (Série Relatórios de Pesquisas, n. 22).



Neste ponto, cabe uma advertência no que diz respeito às taxas de crescimento do emprego, nas economias subdesenvolvidas. Em muitas situações, pode-se criar uma euforia indesejável quando se observa uma alta taxa de crescimento do emprego na economia ou num segmento particular. O problema que deve ser levado na devida consideração é a própria base sobre a qual está sendo observada essa taxa de crescimento. Para exemplificar, considere-se uma dada economia cujo setor organizado capitalisticamente absorve 100 mil empregos de uma força de trabalho de 150 mil, ou seja, 33,3% dessa força de trabalho encontra-se em situação de subemprego/desemprego. Se num período de 5 anos o emprego experimentou uma taxa média anual de crescimento de 3,7%, enquanto a força de trabalho aumentou menos, 2,7% a.a., este crescimento reduziu o subemprego em apenas 3,3%, tendo, inclusive, ocorrido um aumento, em termos absolutos, da força de trabalho subempregada. Para essa economia, o objetivo de redução do subemprego, por exemplo, em metade do existente inicialmente, no período considerado, e admitida a taxa de crescimento da força de trabalho acima, somente seria possível se a taxa de crescimento do emprego fosse da ordem de 7,3% ao ano, ou seja, o dobro do aumento atual da força de trabalho.

O exemplo acima, embora hipotético, indica um problema de real significado nas economias subdesenvolvidas, e que ainda se torna mais dramático quando se encontra diante do "trade off" entre crescimento da produtividade e do emprego.

É óbvio que este "trade off" sempre vai subsistir quando a perspectiva de política econômica se encaminha no sentido de adoção do que se pode chamar de "modelo americano-europeu de industrialização". A adoção tecnológica nessa perspectiva é induzida sob matizes diferentes e que expressam a conjunção de forças políticas internas de cada país "vis-à-vis" a sua forma de inserção na reprodução do capital a nível internacional. Este, porém, não é um ponto que se pretenda aprofundar explicitamente, neste trabalho. Apenas chama-se a atenção pela sua importância nas decisões de política econômica, com vistas ao planejamento econômico em países subdesenvolvidos.<sup>13</sup>

A análise da questão na região Nordeste assume conotação ainda mais dramática, vez que a região como espaço econômico, que responde a

<sup>13</sup> Vide uma discussão inicial, neste sentido, em FERREIRA, A. & SANGMEISTER, H. Seis Mitos do Desenvolvimento Econômico. *Desarrollo y Cooperacion*, (4): 4-5, 1981. República Federal da Alemanha.

uma mesma unidade integrada do capital, o faz de modo subordinado e, sem embargo, com uma limitada autonomia de reprodução quanto à definição setorial e à escolha tecnológica.<sup>14</sup>

Ao se romper a hegemonia da economia primário-exportadora no Brasil, cujo marco dos anos trinta é de definitiva importância, gera-se um processo de subordinação inter-regional do capital que terá o Sudeste como base primaz da acumulação, sob a nova égide de uma economia urbano-industrial.

Antes que ocorresse este processo, a economia se formava mantendo uma certa autonomia das economias regionais por características próprias à economia primário-exportadora.

Também não é menos verdade que este tipo de economia gerava focos de concentração espacial da produção que estavam atrelados aos determinantes da face cíclica. Na economia brasileira verificam-se essas mutações singulares de concentração espacial, por exemplo com o açúcar no Nordeste, a mineração no Sudeste, particularmente no Estado de Minas Gerais, e, contemporaneamente, com o café no Sudeste.

Ao se romper a hegemonia primário-exportadora, será o Sudeste que comandará essa ruptura, não por acaso, mas porque contava com uma base infra-estrutural propícia à acumulação nos moldes industriais, decorrentes da expansão cafeeira. Esta ao envidar um aprofundamento relativo de relações capitalísticas, com a difusão do assalariamento, engendrou um processo de urbanização e, em consequência, de mercado. A par disso, a economia cafeeira propiciava também uma infra-estrutura física de transportes que foi de decisiva importância para os efeitos de difusão posteriores da acumulação.

A região Nordeste, ao contrário, vinha, nesse período, atravessando uma semi-estagnação, na qual o algodão, superado o seu "boom" dos fins do século passado, tinha-se estabilizado num nível que não propiciava maiores efeitos de difusão interna. O açúcar, apesar da modernização, inacabada, com a implantação das usinas e engenhos centrais, também internamente perdeu a sua hegemonia. Desse modo, apenas se verificaram processos tímidos de urbanização, principalmente nos escoadouros portuários como Recife, Salvador e Fortaleza.

<sup>14</sup> Vide FERREIRA, A. O Nordeste Brasileiro. Contraponto Inacabado da Acumulação? *Revista de Economia Política*, 3 (4), jul/set. 1983.

Esse mercado, de dimensões limitadas, será conquistado facilmente pelas mercadorias do Sudeste; mesmo porque, as medidas protecionistas (tarifária, cambial, etc.) adotadas nos anos trinta, possibilitaram e consolidaram reservas de mercado para a indústria já instalada no País.

A partir desse instante se forjou um processo de subordinação inter-regional através de um mecanismo de troca desigual com significativas transferências de valor na direção do Sudeste.

A ocorrência de um acirramento da estagnação seria fatal desde que as possibilidades de expansão interna estivessem condicionadas, por um lado, pela própria expansão do mercado, e, por outro, pelas possibilidades competitivas do parque industrial regional. É claro que isso poderia se dar em alguns segmentos, mas dificilmente teria condições de maior disseminação. O setor têxtil conseguiu alguma revitalização, embora numa estrutura oligopolizada pelas empresas estrangeiras que vieram a instalar-se na Região, como Anderson Clayton, Sanbra e Machine Cotton. O mesmo pode ser dito para o setor químico de extração de óleos vegetais.

O fato é que essa situação perdurará até fins dos anos cinquenta, quando da redefinição da política econômica com relação ao Nordeste, implicando nova expansão. Esta se fez de modo a integrar a reprodução do capital a nível nacional. Obviamente, referida integração somente poderia ocorrer sem regressões ou saltos tecnológicos bruscos e significativos, com relação ao padrão técnico já instalado no centro dinâmico do País.

Portanto, a escolha da técnica que se realiza em qualquer implementação industrial no interior do País, especialmente em áreas subordinadas como o Nordeste, se norteia pelas condições de competitividade interna das massas setorializadas de capitais já em curso, devido principalmente a que: a) o processo se estabelece conformando uma integração produtiva que dá unidade à reprodução do capital a nível nacional, o qual, por sua vez, se integra à reprodução em escala internacional; b) mesmo ao penetrar na região Nordeste, tanto sob a forma de substituição quanto de expansão, o investimento realizado, na perspectiva dos capitais setorialmente efetivos na reprodução em curso, ditará, pelo menos as formas tecnológicas já existentes, podendo, contudo, introduzir em alguns segmentos particulares, novas técnicas sem que venham pôr em risco as regras estabelecidas de competição, como decorrência de assincronias marcantes.

Nessas condições, não há uma noção fatalista desta escolha. Na realida-

de, a subordinação reprodutiva da região Nordeste ao centro hegemônico da reprodução nacional trouxe, como consequência, uma perda relativa de autonomia na escolha da técnica e terá que obedecer, necessariamente, aos ditames da organização produtiva, já instalada, e à sua dinâmica de acumulação.

Veja-se que, obedecendo a esta lógica, a própria SUDENE incentivou a modernização de certos setores tradicionais como o Têxtil, e, em menor escala, o de Produtos Alimentares, Química e Minerais Não-metálicos.<sup>15</sup>

A sustentação desse padrão tecnológico ao nível da região Nordeste, portanto, encerra elementos decisivos de natureza estrutural, dizendo respeito muito mais à forma como ocorreu a implementação industrial, recente no contexto da acumulação do capital a nível nacional, do que propriamente aos custos relativos do trabalho como quer a análise neoclássica de Goodman, Sena e Albuquerque, já citada.

Na seção seguinte intenta-se mostrar que, empiricamente, e com referência à indústria de transformação, as informações sobre a evolução da estrutura dos custos também não corroboram a idéia do preço da força de trabalho como exercendo maiores determinações críticas, pelo menos do ponto de vista agregado.

### 3. COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS INDUSTRIAIS E PARCELA SALARIAL, A EVOLUÇÃO RECENTE

Cabe aqui uma pequena digressão sobre a estrutura de custos do setor industrial.

Para efeito de análise, considera-se a existência de três tipos de custos ou despesas, realizados pela indústria e que obedecem à classificação determinada pela FIBGE nos censos e pesquisas industriais.

Em primeiro lugar, o custo direto da força de trabalho se constitui dos salários, e, portanto, é o elemento vital de parte da demanda em certos segmentos básicos da estrutura industrial do Nordeste.

Compondo, ainda, a estrutura de custos diretos, sobrevêm as despesas com matérias-primas, combustíveis, lubrificantes, matérias auxiliares e componentes, embalagens, energia, dentre outros, que se consomem diretamente

<sup>15</sup> Vide FERREIRA, A. Custos do trabalho e absorção da mão-de-obra. Op. cit. cap. 1.

na produção e que a FIBGE classifica como Despesas com Operações Industriais.

Os custos indiretos, por outro lado, tais como as despesas com transporte, financeiras, reparação do equipamento, previdência e assistência social, impostos e taxas e propaganda constituem uma categoria de despesas especiais, notadamente por incidir no valor agregado, ou renda gerada setorialmente, sendo, portanto, uma transferência de parte do excedente gerado. Desse modo, a sua dedução, do ponto de vista analítico, deve ser feita a partir dos lucros brutos.

Equacionando os termos dessa estrutura, como na equação seguinte, tem-se que:<sup>16</sup>

$$Y = P - M = W + L + C_i \quad (1)$$

onde,

P: valor da produção;

M: custo dos materiais (despesas com operações industriais);

W: salários;

C<sub>i</sub>: custos indiretos;

L: lucros disponíveis;

Y: valor agregado ou renda setorial.

Ou seja, a renda setorial está definida como a soma dos salários mais os lucros retidos e as remunerações dos serviços prestados ao setor industrial e do capital financeiro. É óbvio que o último item se constitui de transferências do excedente, gerado produtivamente na indústria para os demais setores da economia. A inclusão nas mesmas dos encargos sociais é perfeitamente plausível, na medida em que estes não se constituem formas imediatas de remuneração direta do trabalhador, mas integralização de "poupanças forçadas" em outros setores, como o da habitação, bem como custeio e manutenção do sistema de previdência social vigente no País.

Da expressão (1) deduz-se a relação entre lucros e custos indiretos, como se segue:

$$L + C_i = P - (M + W) \quad (2)$$

16 KALECKI, M. *Ensayos escogidos sobre dinámica de la economía capitalista*. México. Fondo de Cultura, 1977. Cap. 6.

$$L + C_i = \frac{P - (M + W)}{(M + W)} (M + W)$$

$$L + C_i = (K - 1) (M + W) \quad (2^1)$$

onde  $k = P / (M + W)$  e reflete uma política do tipo “mark-up pricing”, por parte das empresas. Sem dúvida, esta relação se constitui uma reflexão do grau de monopólio do setor, ou seja, a capacidade de administração de preços das firmas sobre as suas estruturas de custos diretos.<sup>17</sup>

A relação entre a taxa de lucros e o grau de monopólio pode ser deduzida de (2). De fato, para uma dada estrutura de capital fixo, as despesas com salários e materiais, como definido anteriormente, constituem o investimento corrente ou o capital de giro. Assim, a taxa de lucros dar-se-á por:

$$l = (K - 1) - c_i / (M + W) \quad (3)$$

Desse modo, a taxa de lucros varia na razão direta do grau de monopólio e na razão indireta da relação entre custos indiretos e custos diretos.

Este é um resultado de extrema importância para a acumulação de capital. De fato, ele expressa um resultado que permite visualizar o modo como se estabelece uma “taxa planejada de lucros”.

De acordo com a formulação kaleckiana, os custos indiretos não influenciam diretamente a determinação do preço. Este é, em maior escala, determinado pela relação de “mark-up” sobre os custos diretos unitários e estes são mais ou menos estáveis na amplitude relevante de produção, ou seja, até onde é mantida capacidade ociosa na produção.

Desse modo, o nível de preços e de produção, no qual se supõe que os lucros e os custos indiretos atingem o ponto mais elevado, é concomitantemente o nível que mais favorece os lucros,<sup>18</sup> e isso pode ser visto a partir da expressão (2), quando se dividem ambos os membros pelo nível de produção ( $Z$ ).

Em termos simbólicos segue-se que:

<sup>17</sup> Para um aprofundamento deste conceito vide KALECKI, op. cit.

<sup>18</sup> Id. Ibid.

$$\frac{L + C_i}{Z} = \frac{P}{Z} - \frac{(M + W)}{Z}$$

$$\frac{L + C_i}{Z} = P - \mu \quad (4)$$

Ou seja, a diferença entre o preço e  $\mu$ , o custo direto unitário, determinará a margem bruta de lucros; e, desde que se admita que os custos indiretos se mantêm estáveis para os vários níveis de produção, os efeitos inflacionários beneficiarão diretamente os lucros.

Portanto, é de modo oblíquo que os custos indiretos influenciam a taxa de lucros. Da equação (3) tem-se que pode ocorrer uma retração da taxa de lucros se os custos indiretos com relação aos custos diretos começarem a aumentar, desde que se mantenha o grau de monopólio, e, conseqüentemente, o "mark-up". Por exemplo, um aumento significativo das taxas de juros poderia redundar em retração dos lucros se não ocorressem aumentos do grau de monopólio. Nessa situação, poderia ter lugar um aumento generalizado dos preços como forma de "proteger" os lucros.

Agora, se à equação (2<sup>1</sup>) é adicionado o montante de salários, tem-se que:

$$Y = W + (K - 1) (M + W)$$

e a parcela salarial será dada por:

$$W = \frac{W}{W + (K - 1) (M + W)}$$

ou, de outra forma,

$$W = \frac{1}{1 + (K - 1) (j + 1)} \quad (5)$$

onde:

$j = M/W$ , a relação entre os custos dos materiais e dos salários.\*

\* Observe-se que  $j$  embute os graus de monopólio das etapas anteriores de produção, refletidos nos preços dos materiais.

Portanto, a parcela salarial reflete uma relação social embutida no grau de monopólio e também uma relação técnica que constitui a composição entre a força de trabalho e matérias-primas utilizadas no processo produtivo, e, portanto, a conformação técnica da produção.

Não se pretende aqui uma discussão aprofundada dessas relações, mesmo porque não é objetivo deste trabalho. Apenas chama-se a atenção do seu papel como “fator de distribuição”, deixando-se claro o conflito interclasse subjacente à repartição da renda entre salários e lucros. E, desse modo, a inflação subsiste também como uma relação conflituosa e não somente como expressão de um fenômeno monetário.

No caso em estudo, o que interessa mais de perto são os salários e os encargos sociais. Considerando-se os últimos, vê-se que o problema é saber em que proporção eles podem alterar a estrutura de custos indiretos induzindo-a a um crescimento com relação aos custos diretos. Desde que se mantenha a estabilidade da relação, a taxa de lucros dependerá do grau de monopólio, o qual se limitará ao movimento de centralização e concentração do capital e, portanto, ao padrão de acumulação encetado, obviamente considerado o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção subjacentes a esse processo.

Os salários assumem um caráter decisivo na concretização de certos setores cuja produção é mais própria a formas específicas de consumo. Esses setores podem ser englobados num segmento ou departamento, definidos como produtores de bens de salários e que, no caso da região Nordeste, assumem um papel relevante, como consequência da sua inserção tradicional. A sua manutenção ou expansão é do maior significado na manutenção e/ou expansão do emprego.

O Quadro 3.1., seguinte, dá uma idéia da evolução recente da composição dos custos na indústria de transformação do Nordeste.

Em primeiro lugar, destaca-se o fato de que na estrutura de custos o maior peso não é o dos salários, mas sim o dos custos com materiais. Aqueles, na realidade, representam a menor proporção das três categorias de despesas. Do ponto de vista tendencial, verifica-se uma tendência decrescente, ou seja, para a indústria, em termos agregados, os salários vêm representando um menor encargo.



**QUADRO 3.1**  
**Região Nordeste**  
**Indústria de Transformação**  
**Participação dos Salários, Despesas Diversas e**  
**Despesas com Operações Industriais nos Custos Totais**  
**(%)**  
**1966-1978**

Anos	Especificação		
	Salários	Despesas Diversas	Despesas com Operações Industriais
1966	11,4	24,6	64,0
1970	11,4	14,7	73,9
1972	11,6	16,5	71,9
1973	10,3	15,2	74,5
1974	9,0	12,3	78,7
1975	8,2	11,7	80,1
1976	8,7	12,3	79,0
1977	8,9	13,7	77,4
1978	9,2	15,2	75,6

FONTE: Derivados dos Censos e Pesquisas Industriais. F. IBGE.

Realizou-se um teste de tendência baseado num teste exato do coeficiente de correlação de Spearman,<sup>19</sup> ao nível de significância de 5%. Verificou-se, em consequência, que não se pode aceitar a hipótese de tendência estacionária. Um coeficiente de correlação de  $-0,704$  indica um movimento tendencial descendente.

Por outro lado, com relação ao movimento dos custos indiretos, verifica-se que, tendencialmente e com base no mesmo teste, não se pode rejeitar a hipótese de tendência estacionária.

Assim, conjugando-se os dois resultados, chega-se a uma conclusão inicial sobremaneira importante. Se a participação dos salários apresenta uma tendência decrescente e a dos custos indiretos registra uma tendência estacionária, e os últimos contêm os encargos sociais, pode-se concluir que não é o custo da força de trabalho que vem pressionando os custos da atividade industrial e, portanto, pode-se aceitar a tese de que os custos do trabalho são motivo da baixa taxa de absorção de mão-de-obra.\*

Considerando as despesas com materiais, definidas no quadro como Despesas com Operações Industriais, verifica-se, ao contrário, uma tendência crescente. A realização do mesmo teste, citado para um coeficiente de correlação positivo da ordem de  $0,675$ , confirma a não aceitação da hipótese de tendência estacionária, ao nível de significância de 5%.

Desse modo, a conclusão fundamental a que se chega é que as pressões crescentes sobre os custos estão-se devendo, em escala significativa, aos custos com os materiais empregados na produção.

Este fato é ainda mais sentido quando se verifica que as modificações no perfil industrial no Nordeste provocaram redefinições importantes na sua pauta de importações, em que as matérias-primas e os produtos semi-elaborados vêm desempenhando um papel relevante. De fato, de acordo com a

<sup>19</sup> MALINVAUD, E. *Statistical methods of econometrics*. Amsterdam, London, 1970. p. 451.

\* É possível que ocorram algumas mudanças na composição atual dos custos, devido à política salarial vigente e aos efeitos das novas contribuições sociais. Contudo, os altos juros atuais e o recrudescimento inflacionário devem ter os seus efeitos bem mais sentidos sobre os custos industriais. Infelizmente, não se dispõe de informações estatísticas que comprovem mais seguramente esta afirmação. Na composição das despesas diversas, entre 1976 e 1978, constata-se que os encargos de previdência social passaram de 23,4 para 21,6%, enquanto os juros e despesas financeiras passaram de 26,1 para 36,3%, respectivamente.

SUDENE, a importação de matérias-primas e produtos intermediários para a indústria responde, em média, por 42% da pauta regional.<sup>20</sup>

Esta pressão dos custos das matérias-primas sobre a atividade industrial deve ser melhor discutida para que se possa avaliar a sua importância com relação aos custos dos salários.

Na dedução da expressão (5), anteriormente, considerou-se a relação  $j$  definida como a relação entre os custos dos materiais e dos salários, e que doravante será denominada “relação dos custos variáveis” (RCV). Sem dúvida, a RCV pode ser vista, grosso modo, também como a relação entre os custos dos salários e das matérias-primas por unidade. Outrossim, é de fácil compreensão que na relação subsiste tanto o grau de monopólio das etapas anteriores de produção, embutido nos preços das matérias-primas, quanto o peso da força dos assalariados na barganha pelos seus níveis de rendimentos. Portanto, não é uma relação meramente técnica, mas expressa do mesmo modo um componente da organização social da produção.

Mesmo assim, o que deve ser enfatizado é como a sua evolução pode ser vista para explicar as suas influências sobre a estrutura industrial.

O fato de que os preços das matérias-primas são influenciados, em maior escala, pela demanda,<sup>21</sup> dada a relativa inelasticidade da oferta no curto prazo, segue-se que esses preços tendem a cair bastante na baixa do ciclo e aumentar no período expansivo da atividade econômica.

Ademais, os preços das matérias-primas flutuam, via de regra, mais que os salários. Daí, sobrevém o fato, discutido por Kalecki,<sup>22</sup> de que a RCV obedece tendencialmente ao padrão cíclico da economia.

Para o caso da região Nordeste, também se confirma essa tendência. Com base nos resultados do Quadro A3, verifica-se uma tendência crescente da RCV, significativa ao nível de 5%. Contudo, como se observa no Gráfico 3.1, essa tendência merece melhor qualificação.

Em primeiro lugar, veja-se o período que vai de 1949 a 1966 com uma

<sup>20</sup> MINTER & SUDENE. Comércio exterior; importações do Nordeste; 1975-79. 1980. p. 32. Se for adicionado àquela proporção a importação de bens de capital para a indústria, chega-se a 71% da pauta.

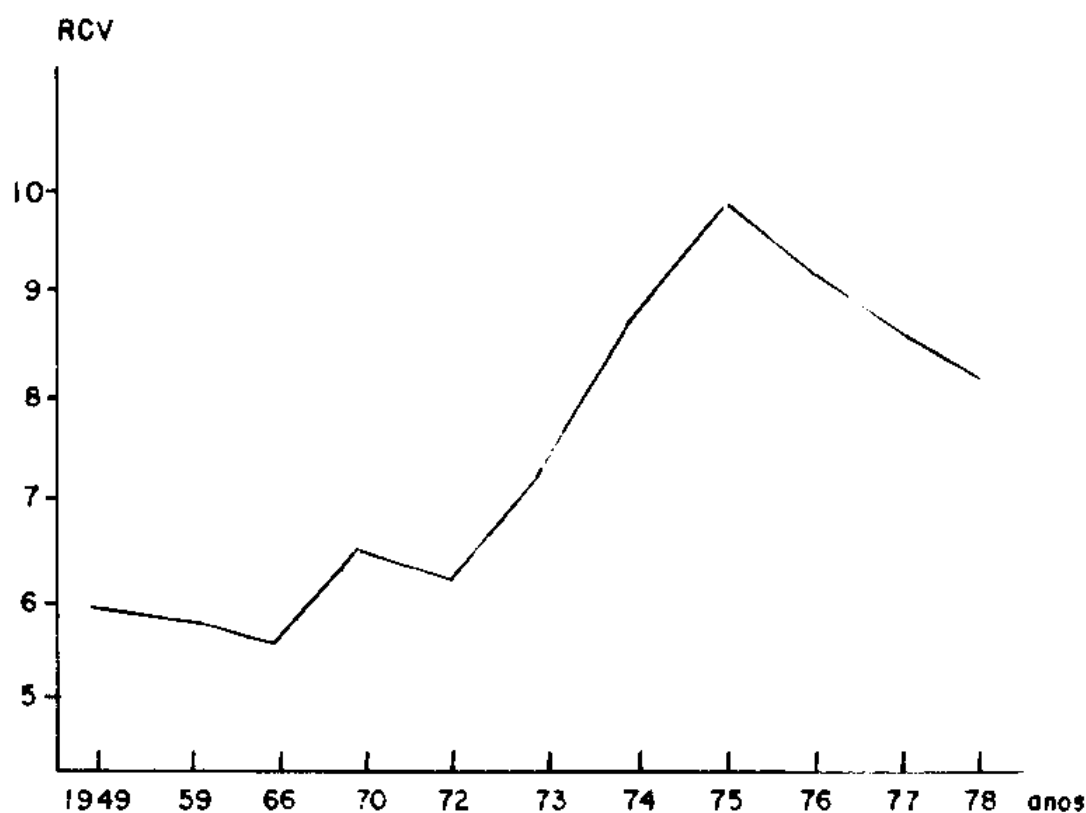
<sup>21</sup> Para uma discussão deste ponto ver KALECKI. op. cit. Cap. V.

<sup>22</sup> Ibid.

tendência nítida à queda da RCV. Nesse período ocorreu uma estagnação da economia nordestina, mais particularmente profunda até o início dos anos 60.\* É fato que, em termos de PIB regional, entre 60 e 66 verificaram-se incrementos anuais positivos e, mesmo para os anos de 1962-64, esses incrementos foram superiores aos do PIB nacional. Ainda assim, o que se deve ressaltar nesta análise é o fato de que sucederam reduções da atividade econômica interna, refletidas nas retrações dos incrementos anuais do PIB regional.<sup>23</sup>

Em segundo, ao se recuperar a economia nacional e se ampliarem os investimentos regionais, a demanda por matérias-primas se intensificou, resultando em pressões significativas sobre os seus preços, relativos a salários em geral, cujo resultado foi o crescimento tendencial da RCV a partir de 1966.

GRÁFICO 3.1 - Brasil. Região Nordeste.  
Relação dos Custos Variáveis (RCV) - 1949 - 1978



\* Neste sentido, observe-se que a renda "per capita", medida em US\$, apresenta uma tendência estacionária entre 1949 e 1966. De fato, um teste de tendência baseado num coeficiente de correlação  $\tau$  de Kendal, da ordem 0,21, não rejeita a hipótese nula de tendência estacionária ao nível de 5%. (Fonte dos dados básicos: BNB - Nordeste. *Análise Conjuntural*. v. 20, n. 1, jan/jun, 1982. Tabela 11, p. 83).

<sup>23</sup> BNB. Nordeste; *análise conjuntural* . . . op. cit., Tabela 12, p. 84.

Este comportamento da RCV corrobora ainda mais o fato de que não se pode admitir que venham sendo as pressões salariais as determinantes das pressões relevantes sobre os custos, o que se deve atribuir às matérias-primas.

Outro fato deveras importante no contexto industrial nordestino é o de que as condições de obtenção de lucros foram mantidas tendencialmente na medida em que se pode sustentar o grau de monopólio da indústria diante da expansão recente. Confirma-se, desse modo, a tese de que a descentralização de capital, ocorrida na economia brasileira, em direção ao Nordeste, trouxe embutida um caráter reconcentrador ao nível da Região, na verdade reestruturando as formas oligopólicas já assentadas no centro dinâmico.<sup>24</sup>

De fato, de uma análise do comportamento tendencial do "mark-up" contido no Quadro A<sub>1</sub> se conclui que o grau de monopólio permaneceu estabilizado e que as flutuações observadas são meramente erráticas.

Agregando uma informação a mais neste sentido, verifica-se que, entre 1970 e 1975, o "mark-up" para a indústria de transformação brasileira reduziu-se de 6%, enquanto para o Nordeste aumentou 2%. Este resultado permanece o mesmo quando se extrai da indústria de transformação nacional a indústria sediada no Nordeste. O processo de descentralização de capital que se intensificou a partir de 1968 com a expansão da economia nacional possibilitou, na realidade, que a expansão do Nordeste se fizesse mantendo os níveis de oligopolização, já determinados anteriormente, no centro hegemônico da reprodução nacional.

O Quadro A<sub>2</sub>, que indica a relação entre custos indiretos e custos diretos, permite que se conclua que esta relação também expressa uma tendência estável ou estacionária.

A conjugação desses dois resultados e de acordo com a equação (3), da taxa de lucros, pode-se afirmar que ocorreu uma estabilidade tendencial da taxa de lucros na indústria sediada no Nordeste. É óbvio que se trata de uma taxa geral de lucros correntes e que se resguardam os diferenciais intra e intersetorialmente.

Sem embargo, esse resultado conduz à afirmação de que a acumulação do capital, a nível regional, tem-se efetuado sem maiores percalços à obtenção das taxas planejadas de lucros.

<sup>24</sup> Ver FERREIRA, A. O Nordeste Brasileiro . . . , op. cit.

Se forem considerados ainda mais os subsídios ao capital, concluir-se-á, guardadas as devidas proporções, que o setor industrial no Nordeste vem apresentando estabilidade e rentabilidade significativas.

A evolução dos índices de salários médios e a produtividade média da força de trabalho indicam, com maior segurança, este fato. Constatase que o salário médio na indústria de transformação do Nordeste representava, em 1970, tão-somente 55,7% do salário médio na mesma indústria, em termos nacionais, enquanto que a produtividade média correspondia, analogamente, a 57,4%. Em 1975, ocorreu uma ligeira deterioração salarial da força de trabalho na Região pois aquela relação entre os salários médios reduziu-se a 54,3%, enquanto a produtividade média experimentava uma melhoria razoável, estabelecendo agora uma relação de 65,5%. Em termos reais, o que se verificou foi que o salário médio no Nordeste cresceu a uma taxa inferior ao salário médio no Brasil, 4,10 e 4,58% ao ano, respectivamente. Outrossim, a produtividade média real, na indústria de transformação no Nordeste, cresceu a uma taxa superior à média nacional, 11,63 e 8,73%, respectivamente.

Esses diferenciais de produtividade indicam diferenciais tecnológicos, tanto intra quanto intersetorialmente. É de se esperar que ocorram maiores descontinuidades tecnológicas no Nordeste que nas regiões Sudeste e Sul (com maior significado para a primeira), que determinam, em termos de localização, o processo industrial brasileiro (mais de 90% da produção nacional).

Contudo, o importante a se considerar é que os determinantes da realização, pelo menos para os setores relevantes, são os diferenciais entre produtividade e salários, que vão sustentar as taxas de lucros na medida em que delineiam o excedente necessário à acumulação. E, no caso da indústria no Nordeste, a impulsão econômica que se vem realizando por conta da expansão industrial recente está possibilitando uma diminuição do hiato entre a eficiência produtiva da indústria nordestina e a do resto do País, o que expressa, em última instância, o grau crescente de integração tecnológica, pelo menos nos setores relevantes em escala nacional.

Ainda mais, a taxa de exploração da força de trabalho, ao se expandir, como demonstram os indicadores da parcela salarial no Quadro A3, possibilita uma estabilidade relativa no processo de acumulação.

Não se pretende afirmar com isso que o fenômeno se localize apenas no Nordeste. Sem embargo, na indústria nacional como um todo, a parcela salarial vem experimentando um decréscimo no mesmo período. O problema a

ser considerado é que no Nordeste isto tem-se realizado com maior força e se deve a duas causas fundamentais:

- o baixo nível de organização dos trabalhadores, a par de um excedente relativo de força de trabalho significativa, têm pressionado sistematicamente as taxas salariais. Daí, como se viu, a taxa salarial cresce, porém a uma taxa inferior ao seu crescimento nas regiões Sudeste e Sul, onde existe uma organização dos trabalhadores mais sólida diante de uma expansão econômica mais difusa e abrangente e, conseqüentemente, com maior capacidade de absorção de força de trabalho;
- os diferenciais de produtividade, do ponto de vista tendencial, favorecendo o Nordeste, são motivados, principalmente, pela introdução tecnológica recente, não se descartando, porém, que se devem também à extração concomitante de excedente absoluto em face da inserção da força de trabalho nas condições descritas no parágrafo anterior.

O quadro até aqui analisado revela uma situação de extrema importância na concepção da organização industrial no Nordeste.

Nesse sentido, deve-se destacar novamente o fato de que os custos da força de trabalho têm esboçado uma tendência decrescente na composição dos custos totais. Ademais, os custos indiretos têm-se mostrado relativamente estacionários tanto no que diz respeito aos custos totais quanto aos custos diretos (salários + materiais).

Deduz-se daí que não se podem considerar os custos do trabalho como elemento significativo na absorção de mão-de-obra. Outrossim, significa também que a manutenção das taxas planejadas de lucros tem-se realizado sem maiores percalços.

Por fim, a tendência decrescente da parcela salarial evidencia um movimento reconcentrador de renda, ao nível do setor industrial, que deve ter efeitos de consubstanciação das margens de lucros e de depressão sobre a demanda de bens de salários.

Este último fenômeno, por outro lado, tende a limitar a expansão interna da indústria de bens de salários, com as previsíveis conseqüências sobre a taxa de absorção de mão-de-obra. Assim é que, no Nordeste, a expansão

industrial recente tem-se caracterizado pela implementação mais significativa do setor produtor de bens intermediários, como já foi destacado.

## CONCLUSÕES

A discussão aqui desenvolvida possibilita estabelecer algumas conclusões relevantes no que diz respeito à organização industrial na região Nordeste e suas conseqüências sobre a taxa de absorção de mão-de-obra.

Sem dúvida, a expansão recente foi de natureza intensiva de capital. Porém, a razão desta escolha tecnológica não está ligada, determinante-mente, aos custos relativos do trabalho terem-se diferenciado desfavoravelmente aos do capital, por este ter sido subsidiado.

Ficou demonstrado que, proporcionalmente, os custos diretos do trabalho vêm assumindo um decréscimo na estrutura dos custos totais, enquanto que a pressão vem correndo por conta dos materiais utilizados na produção. Pelo lado dos custos indiretos do trabalho, encargos e previdência social, verifica-se que, na composição das outras despesas, estes não vêm sendo elementos de pressão que possibilitem uma expansão da mesma. Ao contrário, os custos indiretos totais, como proporção dos custos gerais, têm apresentado uma participação estável, tendencialmente.

Concomitante a este resultado, verifica-se que a relação custos indiretos/custos diretos, juntamente com a estabilidade do grau de monopólio, possibilitam uma certa estabilidade da taxa de lucros, originando uma situação favorável à acumulação em escala ampliada; agregado a isto, a queda observada na parcela salarial reforça a realização da massa de lucros, pelo menos nos segmentos relevantes da indústria, decorrente de uma ampliação da taxa de exploração, tanto relativa quanto absoluta. Este último fato se deve à inserção tecnológica, por um lado, que possibilitou a efetivação de melhoria de produtividade, e, por outro, à baixa organização dos trabalhadores que permite a vigência de uma baixa taxa de salários.

Encarar, portanto, a questão da absorção de mão-de-obra na indústria no Nordeste pelo lado dos seus custos é no mínimo obscurecer a fonte real do problema.

Este se situa muito mais em duas questões fundamentais: a) a base sobre a qual se realizou a expansão do emprego da mão-de-obra era extremamente larga para permitir uma absorção compatível. Mesmo porque, além



de ser a tecnologia implementada intensiva de capital, o balanço entre a criação de emprego pelo investimento de substituição e o de expansão limitaria esta taxa de absorção, embora em termos de magnitude ela fosse significativa. A escolha tecnológica, ao invés de ocorrer de forma relevante, pelos custos da força de trabalho, estará condicionada, necessariamente, às condições de reprodução já em curso no País e, portanto, restringida às formas concorrenciais oligopólicas já assentadas; b) apenas o setor industrial, dada as condições anteriores da sua implementação, não poderia constituir o "locus" efetivo de disseminação interna reprodutiva sem que ocorressem eliminações das assincronias estruturais nos demais setores, principalmente no setor agrário, o qual tem-se constituído fonte permanente de expulsão de mão-de-obra com direcionamento urbano.

QUADRO A<sub>1</sub>  
Região Nordeste  
Parcela Salarial (w), "Mark-up" (k) e Relação Custos Variáveis (j)  
na Indústria de Transformação  
1949-1978

Anos	Especificação		
	w <sup>(a)</sup> (%)	k <sup>(b)</sup>	j <sup>(c)</sup>
1949	21,71	1,53	5,86
1959	23,49	1,48	5,82
1966	19,96	1,61	5,58
1970	22,77	1,45	6,55
1972	23,35	1,46	6,20
1973	20,99	1,46	7,24
1974	18,13	1,48	8,72
1975	15,83	1,49	9,87
1976	17,72	1,46	9,13
1977	18,14	1,46	8,73
1978	18,84	1,47	8,21

FONTE: Derivado dos censos e pesquisas industriais. FIBGE.

(a) Razão entre a folha de salários e o valor agregado.

(b) Razão entre o valor da produção e os custos de salários mais materiais.

(c) Razão entre os custos de materiais e salários.

QUADRO A<sub>2</sub>  
 Região Nordeste  
 Razão entre os Custos Indiretos e Custos Diretos  
 na Indústria de Transformação  
 1966-1978

Anos	Custos Indiretos/Custos Diretos
1966	0,33
1970	0,17
1972	0,20
1973	0,18
1974	0,14
1975	0,13
1976	0,14
1977	0,16
1978	0,18

FONTE: Derivado dos censos e pesquisas industriais. FIBGE.

**Abstract:** In this article the author analyses the factors that have determined recent industrial expansion in the Northeast, emphasizing the question of the introduction of technology *vis-à-vis* the possibility of expansion of employment. In the first part the problem is laid out theoretically so that, by means of some relevant indicators of industrial organization in the region, the possibilities and limits of the industrial accumulation process can be specified. The fundamental conclusion of the article is that analysis that try to circumscribe the problem by the observed capital-labor relation are insufficient. Alternatively, the following points should be considered more important: a) the limits on expansion imposed by hegemonic production centers, b) the out-of-date production structures that act as intense generators of a surplus labor force, and c) the low wage rate, which induces the retention of large, traditional sectors in the region.